

O Grande Outro e os Pequenos Laços: Terapêuticas Grupais entre Adolescentes de Estrutura Psicótica

The Big Other and the Small Ties: Group Therapeutics in Adolescents with Psychotic Structure

El Gran Otro y los Pequeños Vínculos: Terapéuticas Grupales entre Adolescentes con Estructura Psicótica

Ligia Macedo Campos¹ , Camila Santos Lima Fonteles² 

Resumo: Este estudo investigou a relação entre a psicanálise, a adolescência, a psicose e o trabalho terapêutico em grupo. Por meio de revisão bibliográfica no contexto da psicanálise lacaniana, explorou-se como grupos terapêuticos podem ser espaços de socialização e desenvolvimento subjetivo para adolescentes com estrutura psicótica. A adolescência é apresentada como uma fase na qual o mundo relacional tende a ampliar-se além da família, de modo que a relação entre pares traz à tona a função do semelhante na formação subjetiva. A partir da articulação entre conceitos do campo lacaniano, a pesquisa discute as potencialidades dos encontros grupais, em que o Grande Outro invasivo na formação subjetiva psicótica pode ser contraposto a relações com pequenos outros. Assim, a possibilidade de construção do Laço Social, tão desafiante na psicose, é ampliada pela construção de pequenos laços na relação com outros. Desse modo, o grupo foi considerado como estratégia da clínica psicanalítica ampliada, destacando a função do semelhante como ferramenta terapêutica que possibilita identificações mais horizontais, ensejando pertencimento e reconhecimento mútuo na relação entre pares.

Palavras-chave: adolescência; função do semelhante; psicanálise; psicose; grupo.

Abstract: This study investigates the relationship between psychoanalysis, adolescence, psychosis, and therapeutic group work. Through a literature review within the context of Lacanian psychoanalysis, it explored how therapeutic groups can serve as spaces for socialization and subjective development for adolescents with psychotic structure. Adolescence is presented as a stage in which the relational world tends to expand beyond the family, so that peer relationships bring into play the function of the similar in subjective formation. Based on the articulation of concepts from the Lacanian field, the study discusses the potentialities of group encounters, in which the invasive Big Other in psychotic subjective formation can be counterposed by relations with little others. In this way, the possibility of constructing the Social Bond, so challenging in psychosis, is broadened through the creation of small bonds in relation to others. Thus, the group was considered as a strategy of the expanded psychoanalytic clinic, emphasizing the function of the similar as a therapeutic tool that enables more horizontal identifications, fostering belonging and mutual recognition in peer relations.

Keywords: adolescence; function of the similar; psychoanalysis; psychosis; group.

Resumen: Este estudio investigó la relación entre psicoanálisis, adolescencia, psicosis y el trabajo terapéutico en grupo. A través de una revisión bibliográfica en el contexto del psicoanálisis lacaniano, se exploró cómo los grupos terapéuticos pueden funcionar como espacios de socialización y desarrollo subjetivo para adolescentes con estructura psicótica. La adolescencia se presenta como una etapa en la cual el mundo relacional tiende a ampliarse más allá de la familia, de modo que las relaciones entre pares ponen en juego la función del *semejante* en la formación subjetiva. A partir de la articulación entre conceptos del campo lacaniano, la investigación discute las potencialidades de los encuentros grupales, en los que el Gran Otro invasivo en la formación subjetiva psicótica puede ser contrapuesto a las relaciones con los pequeños otros. De este modo, la posibilidad de construcción del Lazo Social, tan desafiante en la psicosis, se amplía mediante la creación de pequeños lazos en la relación con otros. Así, el grupo fue considerado como una estrategia de la clínica psicoanalítica ampliada, destacando la función del *semejante* como herramienta terapéutica que possibilita identificaciones más horizontales, propiciando pertenencia y reconocimiento mutuo en la relación entre pares.

Palabras clave: adolescencia; función del semejante; psicoanálisis; psicosis; grupo.

¹Graduada em psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP – Brasil. Endereço: Rua Caropá, 512 - 05447-000. E-mail: ligiamc9@gmail.com

²Doutora em Psicologia pela Universidade Federal da Bahia e Université Paris Diderot. Professora do Curso de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Endereço: Av. Paulista 1471, cj 814 - 01311-200. E-mail: camilafonteles@hotmail.com

Artigo recebido: 06/02/2025 | **Alterado:** 18/08/2025 e 07/11/2025 | **Aceito:** 17/11/2025

Introdução

Este artigo aborda aspectos de uma pesquisa que buscou explorar a relação entre adolescência, psicose e terapêuticas grupais, com base em conceitos da psicanálise lacaniana. Partiu-se da hipótese de que relações entre pares, em contextos grupais de adolescentes de estrutura psicótica, podem ensejar relações transferenciais que abram possibilidades de laços sociais não fundamentados no simbólico, como ocorre com a subjetivação neurótica. De modo que o texto busca contribuir para a literatura ainda incipiente que intersecciona adolescência, psicose e trabalho em grupo na clínica psicanalítica ampliada. Em um cenário marcado pela crescente patologização de crianças e adolescentes e pela predominância histórica da clínica da neurose, pensar o grupo como estratégia de uma clínica ampliada mostra-se fundamental para abrir novos caminhos de tratamento e inserção social.

Do ponto de vista teórico-metodológico, trata-se de uma pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa, fundamentada no método psicanalítico lacaniano. Embora não se utilize material clínico como fonte direta, a experiência prática em instituições para adolescentes psicóticos e no acompanhamento terapêutico inspirou a questão investigativa central que orienta esta revisão teórica. Alinhando-se a esses princípios, este trabalho articula conceitos clínicos e metapsicológicos da psicanálise, como a modalidade clínica de grupo e o diagnóstico diferencial da psicose.

A investigação parte da perspectiva estrutural da psicanálise lacaniana, na qual o conceito de transferência é decisivo para a clínica e para o diagnóstico. Diferentemente de Freud, que situava a psicose a partir da recusa da realidade externa pelo Eu, a pesquisa considerou a teoria lacaniana, que a entende em relação à linguagem e ao laço com o grande Outro.

O objetivo central deste artigo é examinar como o trabalho em grupo pode operar como recurso terapêutico na adolescência, especialmente pela via da Função do Semelhante, conceito discutido por Kupfer, Pesaro e Bernardino (2017) originalmente aplicado à infância. Ao trazer esse conceito para pensar a adolescência, defende-se a ideia de que os encontros com pares podem oferecer a sujeitos de estrutura psicótica uma via de laço social alternativa frente à invasividade do Outro, característica dessa estrutura.

Clínica estrutural da psicose

A possibilidade de uma clínica da psicose na psicanálise é explorada por Calligaris (2013), partindo do conceito de transferência. Por meio da relação transferencial, o paciente organiza seu discurso a partir do lugar em que posiciona o terapeuta, possibilitando a este o diagnóstico. Na psicanálise lacaniana, portanto, o diagnóstico estrutural não se limita à descrição de sintomas, mas foca na compreensão da estrutura psíquica subjacente, que é revelada na relação transferencial.

Jacques Lacan, ao retomar a psicanálise de Freud sob a lente do estruturalismo, provocou uma reviravolta conceitual que enfatizou a estrutura em detrimento do conteúdo psíquico. O autor empresta da linguística uma cadeia significativa, em que os significados não se ancoram em elementos isolados, mas na relação e na diferença entre eles. Nessa chave, pensamentos e sintomas são estruturados não linearmente, mas em uma rede de signos interligados (Garcia-Roza, 1984/2009). O Outro, local simbólico do discurso e da lei, é o ponto a partir do qual o desejo do sujeito é projetado e de onde se espera uma resposta (Lacan, 1954-55/2010).

Central para essa reorientação são os registros do Real, do Simbólico e do Imaginário, introduzidos por Lacan (1953/2005). O registro do Real é aquilo que escapa à simbolização, dimensão que resiste à significação plena, marcada por uma impossibilidade intrínseca. É o domínio do trauma, do não articulado, do impossível de dizer. Já o Simbólico é o universo da linguagem, das leis e das normas sociais, sendo o espaço estruturante onde a subjetividade é formada e onde o sujeito se inscreve no mundo da cultura e das relações sociais.

O Imaginário, por sua vez, está relacionado com a formação da imagem do Eu, do Estádio do Espelho, onde o indivíduo forma sua identidade por meio da identificação com a imagem do outro (Faria, 2019).

Lacan (1974-75) estabelece como medida comum para esses três registros o nó borromeano, que é constituído por três anéis entrelaçados, de modo que, se um é solto, os outros se desprendem também. A sua aproximação à topologia e a utilização do nó borromeano oferecem uma representação da complexa estrutura psíquica, onde a desintegração de um registro pode levar ao colapso dos outros (Faria, 2019; Figueiredo & Machado, 2000).

Dessa maneira, o critério diagnóstico de Lacan não descarta as categorias freudianas, mas as integra ao seu modelo borromeano, permitindo uma diferenciação estrutural entre neurose e psicose, ligada, em grande medida, à Função Paterna e ao modo como cada sujeito maneja a castração. Na perspectiva lacaniana, a castração não é tanto uma referência a uma ameaça Real ou Imaginária, como em Freud, mas uma metáfora para a introdução do sujeito na ordem Simbólica, marcada por perda e limitação. A castração simboliza a aceitação da lei e a submissão às regras da linguagem e da sociedade (Abel, 2013).

O diagnóstico lacaniano, alcançado por meio de entrevistas preliminares e uma avaliação cuidadosa da interação dos registros na vida do sujeito, objetiva orientar o analista no reconhecimento das estruturas clínicas de neurose, perversão e psicose. Neste processo, a possibilidade de transferência - o investimento do analista como um "sujeito suposto saber" - é decisiva, pois é na relação transferencial que o trabalho psicanalítico ocorre (Abel, 2013).

Assim, a psicanálise lacaniana enfatiza o papel do Simbólico na organização psíquica, onde a cadeia significativa produz uma falha que permite ao Real ser, paradoxalmente, reconstituído pela palavra. A posição do sujeito, seja em meio à neurose ou à psicose, é definida pelas dinâmicas do campo do Outro, consolidando a análise do discurso como pilar da prática psicanalítica (Resende & Calazans, 2013).

Como enfatiza Quinet (2002), o diagnóstico diferencial é condição para orientar a direção do tratamento, pois "o analista será convocado a ocupar na transferência o lugar do Outro do sujeito a quem são dirigidas suas demandas" (p.28). Portanto, diferenciar as estruturas psíquicas não é apenas uma questão classificatória, mas do modo singular como cada sujeito se constitui na relação com a linguagem e com o desejo.

No pensamento freudiano, essa constituição do sujeito é explicada a partir do Complexo de Édipo. Freud (1905/1977) introduz a ideia de que a sexualidade é parte do desenvolvimento infantil desde cedo, marcada por zonas erógenas e pela relação com os pais. A resolução do Édipo conduz à internalização da castração e à formação do Supereu, organizando o psiquismo e possibilitando a inserção social (Freud, 1924/1976). Para Freud (1923/1996), a neurose decorre do recalque, como conflito entre o Ego e o Id, enquanto a psicose corresponde a uma recusa do Eu em aceitar a realidade, permitindo que os impulsos do Isso dominem. Assim, a psicose é compreendida como uma falha na mediação do Eu frente à realidade externa, que se vê reconstruída em termos delirantes.

Lacan retoma essas formulações, mas desloca o enfoque da anatomia e do modelo familiar para a linguagem e para a função simbólica. Enquanto Freud concebe a castração ligada a diferenças sexuais anatômicas, Lacan a entende como operação estrutural, ligada à Função Paterna e ao Nome-do-Pai, que introduzem a falta e o sujeito na ordem simbólica (Faria, 2003).

Desse modo, a constituição do sujeito depende da forma como a criança é introduzida na linguagem e atravessa o Édipo. O processo de formação subjetiva inicia-se pela suposição dos cuidadores, representantes do grande Outro, de que a criança é um sujeito. Como explica Lacan (1957-58/1999), existem dois agentes responsáveis por inserir o sujeito na linguagem. A Função Materna nomeia o bebê, por meio das significações sobre o corpo da criança, tornando-o objeto de desejo e envolvendo-o em uma carga libidinal. Já a Função Paterna atua como terceiro elemento, desestabilizando a unidade mãe-bebê e dando origem à falta, ao desejo e ao próprio sujeito. É por meio da Função Paterna que o bebê adentra a ordem simbólica, em que há presença e ausência, e assim se inscreve uma lei, possibilitando a entrada do sujeito no laço social.

Lacan (1957-58/1999) propõe que a formação do sujeito no complexo de Édipo se organiza em três tempos lógicos, que não correspondem a uma sequência cronológica, mas a uma estrutura psíquica. No primeiro tempo, aparece o Estádio do Espelho, quando a criança, ainda sem percepção integrada de seu corpo, passa a se reconhecer pela mediação do olhar materno, que funciona como um espelho simbólico. Esse processo funda uma imagem unitária do eu, mas também uma identificação ilusória com o lugar de objeto de desejo da mãe, dando início à problemática do falo. O falo, conforme Dor (1989), não deve ser entendido em sentido anatômico, mas como o significante do desejo, isto é, o objeto simbólico que preencheria a falta do Outro.

A criança, portanto, busca colocar-se como aquilo que completaria a mãe, instaurando uma relação fusional que inaugura o dilema fálico: ser ou não ser o falo. É nessa oscilação que começa a operar o complexo de castração, pois, ao mesmo tempo em que a criança tenta ocupar o lugar de objeto de desejo exclusivo, ela percebe que esse lugar é instável e marcado pela falta (Quinet, 2015; Faria, 2003). A intrusão da função paterna, nesse contexto, anuncia o segundo tempo do Édipo, quando a criança é confrontada com a impossibilidade de ser o falo que satisfaz a mãe. Esse movimento a conduz à descoberta da falta no Outro e em si mesma, deslocando sua posição do “ser” para o “ter ou não ter” o falo, o que, em termos lacanianos, corresponde à constituição de uma “falta-a-ser” (Quinet, 2015).

O segundo e o terceiro tempo marcam a passagem para o campo simbólico, mediada pelo que Lacan denomina Nome-do-Pai, não um pai biológico necessariamente, mas uma função simbólica introduzida no discurso materno. Essa função estabelece uma interdição na relação mãe-filho, mostrando à criança que o desejo da mãe se encontra em outro lugar e ambos são submetidos a uma lei (Quinet, 2015). Assim, a ausência e o desejo maternos deixam de ser vividos apenas como experiência de perda, sendo simbolizados pela intervenção paterna, que barra a fusão e permite a emergência da linguagem e da simbolização (Faria, 2003).

O terceiro tempo, marcado pela Metáfora Paterna, consiste na substituição significativa em que o pai ocupa o lugar do desejo materno, reinscrevendo o falo como significante central. Nesse momento, a figura paterna se desloca da posição de mero interditor para a de mediador, aquele que também pode dar, e não apenas privar (Faria, 2003). Esse processo culmina na resolução do complexo de Édipo, com a internalização do pai como ideal do eu e a entrada do sujeito no campo do Inconsciente estruturado pela linguagem (Dor, 1989; Quinet, 2015). O declínio do Édipo implica, portanto, a superação da rivalidade fálica e a constituição do sujeito, como resultado de uma rede simbólica que regula desejo e laço social. É nesse processo que se torna possível distinguir as diferentes saídas estruturais, já que cada sujeito se posiciona de modo singular frente à lei, ao desejo e à castração (Calligaris, 2013).

Lacan (1955-56/1988) aponta que na neurose o complexo de Édipo é resolvido através da aceitação da castração simbólica, que é mediada pela figura do Nome-do-Pai. Como mencionado, este conceito laciano representa a Função Paterna como uma lei que regula o desejo e introduz o sujeito na ordem simbólica, permitindo-lhe reconhecer e aceitar os limites impostos pela castração. Na neurose, essa operação se realiza barrando o desejo materno e permitindo ao sujeito construir um lugar na cadeia significativa. Na psicose, ao contrário, ocorre a forclusão do Nome-do-Pai, impossibilitando a inscrição dessa falta e deixando o sujeito em relação direta com um grande Outro não barrado (Lacan, 1955-56/1988). Diferente do recalque, identificado por Freud como uma defesa da neurose em que o conteúdo é apenas escondido no inconsciente, Lacan (1955-56/1988) elabora o conceito de forclusão, ou *Verwerfung*, como processo em que um elemento significativo é completamente excluído da simbolização, resultando em uma falha estrutural no registro do Simbólico. Como consequência, ocorre um colapso na diferenciação entre o eu e o Outro, e entre o Simbólico e o Real. Sem a mediação simbólica do Nome-do-Pai, o sujeito psicótico encontra-se sem as ferramentas necessárias para lidar com a castração e organizar seu desejo de maneira socialmente reconhecível. A manifestação de delírios e alucinações na psicose pode ser vista como uma tentativa de reconstruir uma ordem simbólica própria, onde elementos forcluídos retornam ao Real.

Na psicose, portanto, a forclusão do Nome-do-Pai impede que a Metáfora Paterna se efetive e que o Outro se apresente barrado. Sem essa operação, o sujeito não consegue formular para si um enigma sobre

o desejo do Outro e, em lugar da pergunta neurótica, emerge uma certeza que frequentemente se manifesta como intrusão do Outro (Lacan, 1955-56/1988). Calligaris (2013) destaca que, nessa condição, o psicótico precisa produzir seus próprios arranjos significantes, sustentando um saber que não se ancora na lei simbólica.

O grande Outro invasivo, capaz de ver tudo e transformar o sujeito em seu objeto de gozo, caracteriza uma posição em que o sujeito não dispõe da proteção simbólica que limita a presença do Outro (Dor, 1999). Enquanto o neurótico encontra pontos de amarração que organizam sua experiência, o psicótico habita um mundo marcado pela certeza, sem o recurso ao enigma. Na clínica, isso implica que o analista não é convocado a ocupar esse lugar de suposto saber, mas a acompanhar as invenções singulares que o sujeito produz, acolhendo delírios e construções como tentativas de suplência ao déficit simbólico (Calligaris, 2013).

Esse quadro estrutural se torna particularmente sensível na adolescência. Trata-se de uma fase de intensas transformações subjetivas e sociais, em que se reatualizam as questões edípicas relativas à Função Paterna. Para sujeitos de estrutura psicótica, esse momento pode representar um ponto de desencadeamento, já que as exigências sociais e simbólicas da adolescência pressionam o sujeito a se inscrever em normas que não correspondem à sua estrutura (Alberti, 2010). Como observa Calligaris (2013), a prevalência de referências neuróticas na sociedade amplia esse desencontro, fazendo com que a adolescência, em vez de apenas consolidar identificações, muitas vezes precipite crises psicóticas.

Quem é esse sujeito adolescente?

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2024), a adolescência compreende a faixa etária de 10 a 19 anos, enquanto o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) define adolescentes entre 12 e 18 anos (Brasil, 1990). Essa fase é marcada por transformações biológicas, psicológicas, sociais, cognitivas e afetivas. Calligaris (2000) considera a adolescência uma construção histórica, consolidada no século XX, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, destacando-a como uma invenção moderna, assim como a infância.

O autor argumenta que os adultos projetam nos adolescentes tanto desejos de liberdade quanto medos de transgressão e desordem (Calligaris, 2000). Essa ambivalência surge no contexto da modernidade, em que a infância é idealizada e os adolescentes ocupam um espaço entre dependência e autonomia.

Freud (1905/1977) associa a adolescência à puberdade e ao despertar sexual, ressaltando também a necessidade de separação dos pais. Na perspectiva lacaniana, tal desvinculação requer que o adolescente reconheça nos pais uma falta. Nesse sentido, Quinet (2009, p.10) destaca a necessidade de compreender a falha na Função Paterna para que o adolescente possa se distanciar do “objeto que foi para o grande Outro”. Assim, afirma que o jovem busca no pai uma referência para lidar com o prazer emergente, embora o pai nunca possa satisfazer completamente essa expectativa.

Consequentemente, os adolescentes costumam se espelhar em figuras idealizadas, como amigos ou celebridades, buscando modelos para lidar com conflitos internos e construir uma identidade. Conforme Roudinesco (2008/1994), a adolescência é um período de “travessia” em que o sujeito redefine seu lugar no Simbólico, afastando-se das figuras de autoridade e reorganizando seu desejo e relação com o Outro. Essa etapa também implica a elaboração dos limites, como afirma Alberti (2010), em que o reconhecimento de outros e de preceitos morais é importante para então transgredi-los.

Albert (2010) ainda destaca as transformações do corpo, que se torna um território desconhecido, oferecendo novas sensações. Por constituir um momento de reorganização psíquica, a adolescência é essencial para o estudo das estruturas subjetivas. As funções Materna e Paterna costumam ser enfatizadas na compreensão da formação subjetiva dos adolescentes, mas é também relevante investigar como os pares e semelhantes influenciam a constituição do sujeito, promovendo tanto identificação quanto diferenciação.

A Função do Semelhante na constituição subjetiva

Como já discutido, para a psicanálise lacaniana, a “função” está intrinsecamente ligada à “estrutura”, um sistema regido por normas internas. Tiussi (2018), em sua investigação sobre trabalhos em grupo com crianças, aproxima a Função do Semelhante proposta por Kupfer, Pesaro, Bernardino, Merletti e Voltolini (2017) do que Kehl (2000) chamou de Função Fraterna e Kaës (2011) de Complexo Fraterno.

Tais concepções partem da abordagem freudiana das relações entre irmãos, que são permeadas por inveja e competição, especialmente quando o primogênito perde sua posição privilegiada (Kaës, 2011). Em Totem e Tabu (1913/1996), Freud relata como o pacto entre irmãos, em substituição à autoridade do pai tirânico, funda a vida social.

Kehl (2000) aponta que a convivência fraterna se baseia na “semelhança na diferença” (p.32), sendo decisiva na estruturação do sujeito. A autora destaca que a função fraterna opera a Função Paterna, exigindo renúncias pulsionais para o pertencimento ao coletivo e os benefícios do pacto civilizatório. O irmão, frequentemente negligenciado frente a centralidade do conflito edípico, seria um “pequeno outro” (p.36), precipitando angústias de castração, conflitos de diferença sexual e reedições edípicas na adolescência.

Por sua vez, Kaës (2011) propõe o conceito de Complexo Fraterno, que regula relações horizontais entre indivíduos e complementa o complexo de Édipo, focado em relações verticais. O Complexo Fraterno abrange rivalidade, amor e cooperação entre pares, ancorando-se em fantasias de incesto e identificações narcísicas, cruciais na construção da identidade individual e coletiva, como também aponta Tiussi (2018).

Já a Função do Semelhante (Kupfer et al., 2017; Bernardino, 2020) remete ao Complexo de Intrusão elaborado por Lacan (1938/2003a), que se volta para o impacto das interações infantis na formação da personalidade. Como destaca Tiussi (2018), a função do semelhante abrange as transferências horizontais entre sujeitos, marcadas pela alteridade e pela separação. A autora distingue essa função das relações assimétricas adulto-criança.

Pela percepção de semelhanças e diferenças em relação ao outro, a Função do Semelhante permite que o sujeito se veja como parte de um conjunto maior (Fonseca, Lacet, & Baroukh, 2022). Lacan (1938/2003a) sugere essa relevância ao descrever o irmão mais novo como espelho vivo, que reflete ao sujeito seu lugar anteriormente perdido e o auxilia na separação necessária para sua autonomia. Como aponta Bernardino (2020), “há uma estreita relação entre a fraternidade e a gênese do eu (ego): o semelhante é essencial para definir uma imagem própria... e para o acesso a um conhecimento sobre si” (p.94).

Lacan (1961-62) observa que identificar-se com alguém não é fundir-se a ele, mas reconhecer diferenças, um processo central para a constituição do sujeito. O semelhante desempenha papel decisivo na construção da identidade, como descrito no Estádio do Espelho. Lacan (1953/1998) afirma que a criança, ao reconhecer sua imagem refletida, experimenta tanto uma unificação ilusória quanto a percepção inconsciente de sua fragmentação. Esse processo é mediado pelo semelhante, que ajuda a criança a transitar de uma fascinação alienante por sua própria imagem para uma percepção mais objetiva do eu. O autor descreve o espelho como uma matriz simbólica onde o sujeito se projeta antes de objetivar-se no mundo simbólico.

O sujeito emerge em relação ao Outro, enfatiza Lacan. Como já discutido, a Função Materna opera nomeando o bebê como objeto de desejo e a Função Paterna introduzindo a ruptura na unidade mãe-bebê, de modo a instaurar a falta e o desejo. Dessa interação, a Função do Semelhante, ou *pequeno outro*, facilita identificações entre pares e a formação de laços sociais.

Em grupos terapêuticos com crianças, Tiussi (2018) aponta que uma transferência central ocorre com o coordenador, ao passo que transferências horizontais se desenvolvem entre pares, formando redes de relações. Inicialmente, as crianças se identificam mutuamente, e o desafio terapêutico reside em introduzir a separação, promovendo o reconhecimento da alteridade.

Ainda com Tiussi (2018), a diversidade no grupo é crucial para o funcionamento da Função do Semelhante, pois a heterogeneidade amplia as possibilidades de trocas e respostas novas. Essa alteridade, que surge do contato com o outro distinto, permite que o semelhante provoque o sujeito, trazendo o novo. Portanto, a

função do semelhante contribui para a estruturação da subjetividade a partir de laços horizontais, de modo que a dinâmica grupal pode ampliar esse processo, criando um ambiente propício para o reconhecimento subjetivo e para a inserção social.

Assim, a ideia de Pequenos Laços para pensar a relação entre pares é proposta neste artigo em referência à ideia lacaniana de pequeno outro, esse lugar da imagem, do semelhante e das relações horizontais que marcam a constituição subjetiva. Enquanto o Grande Outro invasivo constitui um desafio na estrutura psicótica, os Pequenos Laços podem abrir possibilidades de manejo, oferecendo ao sujeito uma via de sustentação alternativa, fundada não na lei simbólica, mas no exercício concreto da coexistência com os pares. Assim, o grupo se torna um espaço privilegiado para que adolescentes psicóticos possam inventar formas de laço social, apoiados na potência criativa dos vínculos horizontais, que funcionam como borda ao real invasivo do Outro não barrado.

Grupos em perspectiva clínica

A participação em grupos sociais é crucial para o desenvolvimento subjetivo. Segundo Moretto (2013), os adolescentes se identificam tanto com indivíduos específicos quanto com grupos em seu processo de socialização. Os grupos oferecem um espaço de compartilhamento e reforço da autoestima, ajudando o jovem a entender suas questões internas.

Kehl (2000) também destaca que “o grupo funciona, para o adolescente, como garantia de reconhecimento dos traços identificatórios, dos quais o sujeito que sai da infância não se sente assegurado” (p.41). Particularmente, a interação com o semelhante, aquele que está em igualdade, mas com diferenças sutis, promove a descoberta pessoal e o reconhecimento da individualidade. Kupfer et al. (2017) afirmam: “A união torna-se possível pela diferença, pela alteridade que aí comparece e permite a cada qual ocupar um lugar próprio” (p.23).

Além da identificação com outros, os grupos permitem que os adolescentes desafiem normas sociais, distinguindo entre autoridade legítima e falível, passo essencial para o desenvolvimento da independência. Assim, a adolescência, ao articular-se com a grupalidade, não apenas favorece a formação do sujeito, mas também facilita a transição para a autonomia.

Freud (1913/1996, 1921/2011, 1930/1996) considerava os grupos como extensões das dinâmicas familiares, replicando padrões neuróticos. Em obras como Totem e Tabu (1913/1996) e Psicologia das Massas e Análise do Eu (1921/2011), Freud investigou a formação dos grupos, enfatizando a identificação como base de sua coesão. Ele observou que os grupos se formam ao redor de um líder idealizado, que age como ponto de identificação e consolida os objetivos coletivos. Esse processo cria um ideal coletivo que substitui o ideal individual, promovendo uma ligação emocional entre os membros e eliminando a singularidade individual. Como resultado, a massa se organiza em torno de uma identificação uniforme, limitando a diversidade subjetiva.

Essa dinâmica gerou debates entre psicanalistas sobre a diferença entre massas e grupos. Para Vitta (2008), a identificação coletiva nos grupos terapêuticos, inicialmente necessária, deve ser questionada pelo analista, permitindo que a subjetividade individual emerja. Laurent (1998) argumenta que a uniformidade sintomática dos grupos é ilusória, e o tratamento deve desconstruir essa identificação, abrindo espaço para a singularidade dos participantes. Já Abreu (2008) aponta que, no trabalho com psicóticos, é fundamental evitar abordagens que reduzam o sujeito a um único sintoma, priorizando a criação de significantes que ofereçam novos sentidos ao sofrimento.

No trabalho com psicóticos, a dinâmica grupal apresenta desafios específicos. Vitta (2008, p.4) relata que em grupos de psicóticos não se observa a “reciprocidade imaginária” comum em outros coletivos, onde o líder serve como ideal do eu. Retomando Lacan (1955-56/1988), a ausência da Metáfora Paterna impede o psicótico de estabelecer identificações simbólicas, dificultando sua integração em grupos organizados em torno de ideais ou líderes compartilhados. Nesses casos, o grupo frequentemente ameaça desintegrar-se, exigindo vigilância constante do analista para manter a coesão.

Na clínica das psicoses, o significante “desligado” é recorrente: o psicótico frequentemente está desconectado de si mesmo, dos outros, de seus pensamentos e até de seu corpo (Vitta, 2007, p.5). Diante disso, o tratamento psicanalítico deve buscar estratégias que permitam ao sujeito psicótico estabelecer conexões, mesmo que mínimas, com pequenos outros, construindo respostas para o Outro invasivo que o afeta. Como explicam Keiko, Kupfer e Faria (2007), as intervenções devem focar no Outro construído pelo sujeito, promovendo uma relação mais funcional com as experiências invasivas.

Tiussi (2018) ressalta que a identificação pode ser um recurso terapêutico valioso em grupos, especialmente para sujeitos com falhas na constituição da imagem corporal, como crianças com autismo ou psicose infantil. Em ambientes grupais, a esfera do imaginário ganha destaque, favorecendo interações sociais através de identificações relacionadas ao mencionado Estádio do Espelho, que permitem a emergência de aspectos do eu ainda não consolidados.

Por sua vez, Rosenberg (1989) aponta que a circulação social do sujeito através de diferentes discursos é essencial para romper com fantasias parentais e facilitar novas identificações. O grupo, nesse contexto, atua como mediador, ajudando o sujeito a entrar no simbólico e diferenciar-se da rede imaginária familiar. Assim, o grupo cria um espaço onde o discurso coletivo possibilita a superação de relações dualistas e alienantes comuns na psicose.

Contudo, a identificação imaginária no grupo deve ser acompanhada pela busca de um suporte simbólico, evitando que se limite às dinâmicas do espelho, que, embora ofereçam uma base para a autoimagem, também carregam o risco de alienação. Vitta (2008) observa que “na psicose, a função imaginária necessita de um tratamento pelo simbólico, pois de outro modo fica reduzida ao espelho” (p.7). Assim, é necessário que o grupo atue como um terceiro elemento, sustentando a presença simbólica para além das ligações duais.

Assim, a abordagem grupal permite que o sujeito psicótico utilize a estrutura do Laço Social, ainda que sem estar totalmente inserido nele. Tiussi (2018) sugere que, em grupos heterogêneos, emergem funções organizadoras relacionadas ao ego e à alteridade, destacando o papel do semelhante na estruturação das dinâmicas grupais. Essa função oferece uma perspectiva inovadora para a análise laciana de grupos, promovendo a inserção simbólica e o fortalecimento da identidade dos sujeitos.

Em suma, o trabalho psicanalítico em grupos, especialmente com psicóticos, exige atenção às especificidades desses sujeitos, valorizando tanto as identificações imaginárias quanto os elementos simbólicos que sustentam o laço social. O grupo deve funcionar como um espaço de mediação e elaboração, permitindo que os sujeitos desenvolvam novas formas de interação e posicionamento diante de suas experiências com o Outro.

Em clínicas psicanalíticas voltadas para o trabalho em grupos de adolescentes psicóticos, atividades lúdicas e artísticas costumam ser combinadas com escuta clínica, buscando ajudar os participantes a explorar e expressar suas individualidades. Durante a adolescência neurótica, os jovens buscam experiências típicas como namorar, sair para beber e preparar-se para o vestibular. No entanto, adolescentes de estrutura psicótica por vezes têm interesses mais infantis e distintos dessas atividades convencionais. O trabalho terapêutico em grupo pode assumir então um papel na socialização desses indivíduos, proporcionando um espaço onde podem encontrar semelhantes e construir laços significativos. Celebrar aniversários, cozinhar juntos, realizar passeios e outras práticas coletivas fortalecem amizades e ampliam possibilidades de integração social (Kisil, Pegorelli, Gonçalves & Lacanna, 2017).

Desse modo, tais instituições podem ser um espaço de acolhimento eficaz para indivíduos que vivenciam intensos momentos de sofrimento e desorganização psíquica. Frequentemente, tais estados são tão extremos que a viabilidade de uma terapia individual ou de um acompanhamento terapêutico (AT) se torna insuficiente para oferecer a contenção necessária. Ademais, em um ambiente grupal, é possível distribuir e compartilhar demandas terapêuticas entre vários profissionais, reduzindo a sobrecarga em cada um e aumentando a eficácia do tratamento (Zenoni, 2000). Assim, o tratamento em grupo não só oferece um sentido de pertencimento aos “sem lugar”, mas também se estabelece como uma solução prática e eficiente para o manejo de casos que requerem uma rede de suporte ampla e diversificada. Como apontam instituições a partir de suas experiências:

No grupo, temos a experiência de se deixar tocar por um outro, que não é qualquer outro, mas é alguém que também tem suas dificuldades, que também experimenta um lugar de exclusão ou de exceção. É nesse encontro que algo ressoa, provoca cada um a se olhar e se falar. Por ser em grupo, quando faltam palavras, os laços comparecem, como quando uma menina diz “eu tenho medo de sair na rua” e, quando perguntada do porquê, diz não saber, mas uma integrante do grupo consegue tecer aquilo que falta a ela poder dizer: “o olhar de pessoas desconhecidas para as pessoas diferentes incomoda” (Equipe Ponte, 2019, p.2).

Há uma dinâmica de saber que é particularmente relevante para adolescentes com estrutura psicótica inseridos em ambientes educacionais tradicionais, onde precisam ter um saber correto e seus saberes individuais frequentemente são vistos como errados e sem lugar. Muitos adolescentes psicóticos encontram um problema de identificação, principalmente na escola regular, onde não conseguem se ver refletidos nos colegas, que também não os reconhecem como semelhantes.

No âmbito imaginário, comum aos psicóticos, o outro é usado como um espelho imediato de identificação. Na escola regular, esses adolescentes tentam se espelhar nos colegas, mas é sabido que na adolescência os indivíduos neuróticos buscam pares que se assemelhem a eles, formando laços baseados na igualdade e na conformidade expressa pelo desejo de “ser igual para pertencer ao grupo”. Diante das singularidades psicóticas, vistas como uma estranheza inerente, ele não consegue se identificar com os adolescentes neuróticos, cujas respostas às suas tentativas de imitação são frágeis e insuficientes diante das exigências de normalidade. (Kisil et al., 2017, p.4). Por sua vez, no contexto clínico, os grupos de adolescentes com estrutura psicótica funcionam como espaços de troca e mediação, onde podem consolidar suas relações sociais e desenvolver maior autonomia.

A presença de semelhantes pode ser fundamental para a identificação imaginária entre os membros do grupo, auxiliando na estabilização de um eu fragmentado. Por vezes, inclusive, intervenções de profissionais ou outras figuras de autoridade podem ser menos eficazes do que intervenções de outros jovens em situação semelhante. (Kisil et al., 2017).

Experiências institucionais de trabalho terapêutico em grupo convergem ao apontar a relevância da relação entre semelhantes para a construção de laços sociais que não sejam necessariamente fundamentados no simbólico, mas possibilitem uma identificação especular entre os jovens. Assim, a função do semelhante vem à cena como ferramenta terapêutica para estabelecer vínculos de pertencimento não apesar de suas singularidades, mas por meio delas.

Considerações Finais

Ao longo deste artigo, buscou-se explorar a interseção entre adolescência, psicose e terapêuticas grupais, destacando o potencial do trabalho em grupo na clínica psicanalítica voltada para adolescentes psicóticos. A investigação revelou que, enquanto o diagnóstico psicanalítico permite uma compreensão profunda das estruturas psicóticas, as terapêuticas grupais oferecem um espaço singular de socialização e desenvolvimento subjetivo.

A adolescência, como momento de intensas transformações subjetivas, apresenta desafios particulares para jovens com estrutura psicótica. Essa fase marca a busca por referências e pertencimento para além do círculo familiar, onde a convivência com pares desempenha um papel crucial. A função do semelhante, central nesse contexto, emerge como uma ferramenta terapêutica potente, promovendo identificação e reconhecimento mútuo entre os participantes do grupo. Nessas interações, os adolescentes têm a oportunidade de experimentar novas formas de se relacionarem consigo mesmos e com os outros, enfrentando de maneira criativa os desafios impostos pelo grande Outro invasivo, característico das estruturas psicóticas.

Instituições pautadas por uma clínica psicanalítica ampliada têm demonstrado, em suas práticas, que o ambiente grupal pode ser um espaço acolhedor para a construção de laços sociais que respeitem e valorizem as singularidades de jovens psicóticos. O grupo, nesse sentido, funciona como um lugar de pertencimento e elaboração, onde diferenças e semelhanças se entrelaçam para possibilitar novas formas de subjetivação. Ainda assim, é importante reconhecer que o trabalho em grupo apresenta limites e desafios. Nem todos os adolescentes psicóticos encontram nesse formato a melhor abordagem, e, em alguns casos, a interação com semelhantes pode intensificar angústias. Por isso, a presença de psicanalistas atentos é essencial para manejar essas dinâmicas de forma segura e produtiva.

Na psicose, o Grande Outro se impõe como uma presença invasiva, que toma o sujeito em certezas e o priva da mediação simbólica. Em contraste, os Pequenos Laços tecidos nas relações horizontais com os semelhantes permitem ao adolescente psicótico experimentar identificações, diferenças e modos singulares de estar com o outro. É no grupo que se pode construir “pequenos laços”, expressão que remete a vínculos sociais que, embora aparentemente modestos ou discretos, desempenham um papel crucial na constituição do sujeito e na dinâmica da psicose. Esses laços não são apenas conexões superficiais, mas representam formas de inserção simbólica que permitem ao sujeito estabelecer-se no tecido social e psíquico (Bernardino, 2020; Tiussi, 2018). No espaço coletivo e suas trocas singulares, o peso do Grande Outro encontra a potência criativa dos Pequenos Laços, permitindo que esses jovens inventem maneiras próprias de se inscrever no laço social e de se abrir a novas possibilidades de existência.

Em síntese, esta pesquisa evidenciou que as terapêuticas grupais, fundamentadas em aportes teóricos lacanianos, oferecem caminhos valiosos para a clínica das psicoses na adolescência. Ao valorizar as particularidades desses sujeitos e criar espaços de socialização efetiva, os grupos promovem novas possibilidades de laço social para além do simbólico, contribuindo para o bem-estar e o desenvolvimento de adolescentes psicóticos. Como abordagem introdutória, este trabalho espera abrir caminho para reflexões mais profundas e novas investigações sobre os desafios e as potencialidades das práticas grupais no contexto psicanalítico.

Referências

- Abel, M.C. (2013). Diagnóstico em Freud e Lacan: objetivos, métodos e critérios. *Psicologia: Revista da Associação Portuguesa Psicologia*, v.27, n 2.
- Abreu, D.N. (2008). A prática entre vários: a psicanálise na instituição de saúde mental. *Estudos e pesquisas em psicologia*. v.8, n.1.
- Alberti, S. (2010) *O adolescente e o Outro* (3ªed) Zahar.
- Bernardino, L.M.F. (2020). A função do semelhante na escola inclusiva. In *Práticas Inclusivas II: Desafios Para o Ensino e a Aprendizagem do Aluno-sujeito*. Escuta.
- Brasil. Lei nº 8.069. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. (1990)
- Calligaris, C. (2000). *A adolescência*. Publifolha.
- Calligaris, C. (2013). *Introdução a uma clínica diferencial das psicoses* (2ªed). Zagodoni.
- Dor, J. (1989). *Introdução à leitura de Lacan: o inconsciente estruturado como linguagem*. Artes Médicas.
- Dor, J. (1999) A “psicose lacaniana” elementos fundamentais da abordagem lacaniana das psicoses. In *Sobre a psicose*. Contracapa Livraria.
- Equipe Ponte, 2019. *Equipe Ponte e o trabalho grupal na psicose*. Texto de abertura em evento no Instituto Gerar: O grupo como um tratamento possível da psicose: se deixar tocar, se deixar levar, falar e se enlaçar. (<https://www.equipeponte.com.br/textos-publicacoes/>)
- Faria, M.R. (2003). *Complexo de Édipo e estrutura familiar*. Cabral Editora e Livraria Universitária.

- Faria, M.R. (2019). *Real, simbólico e imaginário no ensino de Jacques Lacan*. Toro Editora.
- Figueiredo, A.C. & Machado, O.M.R. (2000). *O diagnóstico em psicanálise: do fenômeno à estrutura*. Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica, v.3, n.2, p.65–86.
- Fonseca, P.F., Lacet, C., & Baroukh, J.A. (2022). A função do semelhante: o que só uma criança pode fazer pela outra? In *APEGI - Acompanhamento Psicanalítico de Crianças em Escolas, Grupos e Instituições: um Instrumento para o trabalho com a criança-sujeito*. Escuta.
- Freud, S. (1977) Três Ensaio Sobre a Teoria da Sexualidade. In *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, vol.VII. Imago. (1905)
- Freud, S. (1976). A dissolução do complexo de Édipo. In *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, vol. XX. Imago. (1924)
- Freud, S. (1996). Totem e Tabu. In *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, vol. III. Imago. (1913)
- Freud, S. (1996). O ego e o id. In *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, vol. XIX. Imago. (1923)
- Freud, S. (1996). Mal-estar da Civilização. In *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud*, vol. XXI. Imago. (1930)
- Freud, S. (2011). Psicologia das massas e análise do Eu. In *Obras completas*, vol. XV. Companhia das Letras. (1921)
- Garcia-Roza, L. A. (2009). *Freud e o inconsciente*. Zahar. (1984)
- Kaes, R. (2011) *O Complexo Fraternal*. Ideias e Letras.
- Kehl, M.R. (2000) Existe uma função fraterna? In *Função fraterna*. Relume-Dumará.
- Keiko, C., Kupfer, M.C.M. & Faria, C. (2007). O tratamento institucional do Outro na psicose infantil e no autismo. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*. v.59, n.2, p.156-166
- Kisil, I.R.A., Pegorelli, A.L., Gonçalves, D. A., Lacanna, F. (2017) “Você é igual a mim e eu sou igual a você” - A identificação entre pares no tratamento de psicóticos em grupo. Anais do 12º Colóquio Internacional do Lepsi. Editor Rinaldo Voltolini: A escola: consumida ou consumada? <https://www4.fe.usp.br/eventos/evento?evento=3149&acao=anais>
- Kuper, M.C., Pesaro, M.E., Bernardino, L.M.F., Merletti, C.K.I. de, & Voltolini, R. (2017). Princípios orientadores de práticas inclusivas. In *Práticas inclusivas em escolas transformadoras: acolhendo o aluno-sujeito*. Escuta.
- Lacan, J. (1961-1962). A Identificação. In *O Seminário 9*. Tradução não publicada.
- Lacan, J. (1974-75). *Seminário 22: RSI*. Tradução não publicada.
- Lacan, J. (1988). *O Seminário 3: As psicoses*. Zahar. (1955-1956)
- Lacan, J. (1998). O estádio do espelho como formador da função do eu. In *Escritos*. Zahar. (1953)
- Lacan, J. (1999). *O Seminário 5: As formações do inconsciente*. Zahar. (1957-1958)
- Lacan, J. (2003a). Os complexos familiares na formação do indivíduo. In *Outros escritos*. Zahar. (1938)
- Lacan, J. (2005). O simbólico, o imaginário e o real. In *Nomes do Pai*. Zahar. (1953)
- Lacan, J. (2010). Introdução ao grande Outro. In *O Seminário 2: O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise*. Zahar. (1954-1955)
- Laurent, E. (1998) A função do pequeno grupo na lógica da psicanálise. In *Relatório das Escolas da Associação Mundial de Psicanálise (AMP)*. École Européene de Psychanalyse.
- Moretto, C.C. (2013). *Experiências com um grupo de adolescentes: um estudo psicanalítico*. (Tese Doutorado) Centro de Ciências da Vida, Pós-Graduação em Psicologia, PUC-Campinas, <https://repositorio.sis.puc-campinas.edu.br/handle/123456789/15723>
- Organização Mundial da Saúde. (2024). *Saúde do adolescente*. <https://www.who.int/health-topics/adolescent-health>.

- Quinet, A. (2002). *As 4+1 condições da análise*. Zahar.
- Quinet, A. (2009). Prefácio. In Alberti, S. *Esse sujeito adolescente*. Rios Ambiciosos/Contra Capa.
- Quinet, A. (2015). *Édipo ao pé da letra: fragmentos de tragédia e de psicanálise*. Zahar.
- Resende, M.S. & Calazans, R. (2013). Neurose e psicose na CID-10 e DSM-IV: o que é ignorado? *Analytica: Revista de Psicanálise*. v.2, n.3, p.145-174.
- Roudinesco, E. (2008). *Jacques Lacan: esboço de uma vida, história de um sistema de pensamento*. Companhia das Letras. (1994)
- Rosenberg, A.M.S. (1989). Psicanálise, grupos, instituição pública. *Percurso*. 2(1), 40–45. <http://percurso.openjournalsolutions.com.br/index.php/ojs/article/view/341>.
- Tiussi, C.C. (2018). *Função do semelhante como fundamento do trabalho com as crianças em grupos: uma contribuição para os estudos sobre o desenvolvimento psíquico*. Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo. doi:10.11606/T.47.2018.tde-31102018-185407.
- Vitta, A.R. & Ribeiro, P.C. (2007) O manejo da identificação imaginária em grupos de psicóticos. *Revista Latinoamericana De Psicopatologia Fundamental*. v.10, n.4, p.653-663
- Vitta, A.R. (2008). O grupo e a psicose: articulações sobre a direção do tratamento. *CliniCAPS*. v.2, n.5.
- Zenoni, A. (2000). Qual Instituição Para o Sujeito Psicótico? *Abreampos: Revista de Saúde Mental do Instituto Raul Soares*, 1, (12-31).